

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
TRE-PR

ANEXO IV
PROJETO BÁSICO

SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE
REFORMAS EM FÓRUNS ELEITORAIS

PROCESSO PAD Nº 12251/2023

DEZEMBRO DE 2023

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. OBJETO
3. DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS
4. PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
5. PROCEDIMENTOS PARA A SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS
6. NORMAS TÉCNICAS E SEGURANÇA DO TRABALHO
7. PROJETO EXECUTIVO
8. MATERIAIS
9. MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS SERVIÇOS
10. SISTEMÁTICA DE PAGAMENTOS
11. EVENTOGRAMA
12. PRAZOS DE ENTREGA DOS SERVIÇOS
13. PRAZO DE INÍCIO DOS SERVIÇOS
14. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
15. ADMINISTRAÇÃO LOCAL
16. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA
17. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS EM FÓRUNS ELEITORAIS

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. Este PROJETO BÁSICO visa orientar na contratação da execução de **serviços comuns de engenharia para execução de reformas em fóruns eleitorais e nas edificações do TRE-PR.**
- 1.2. Considera-se como projeto básico o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que ditará os procedimentos a serem utilizados para as contratações dos serviços englobados dentro do Registro de Preços.
- 1.3. Os documentos anexos a este projeto básico, como a planilha orçamentária, tem seus detalhes aqui apresentados e visam dar os subsídios para montagem do plano de licitação e gestão dos serviços e identificar os tipos de serviços a executar e os materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como das suas especificações.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS EM FÓRUNS ELEITORAIS

2. OBJETO

- 2.1. Contratação de empresa especializada para a execução dos **serviços comuns de engenharia para execução de reformas em fóruns eleitorais e nas edificações do TRE-PR**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, assim como no projeto executivo.
- 2.2. O prazo de execução dos serviços é variável conforme a quantidade de serviço contratado para cada edificação, conforme detalhado em tópico específico deste documento referente ao cronograma físico-financeiro.

3. DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

- 3.1. Ao todo 157 (cento e cinquenta e sete) unidades serão atendidas por essa contratação, separadas em 5 lotes, divididos por regiões do Paraná, conforme apresentado no Termo de Referência.
- 3.2. Os serviços previstos nesta contratação englobam uma extensa variedade de serviços de construção civil, relacionados com a reforma geral das edificações que abrigam os Fóruns Eleitorais, incluindo aqueles relacionados com a infraestrutura elétrica e hidrossanitária dos prédios, separadas por etapas exemplificadas a seguir:

- Execução de sistemas de drenagem;
- Substituição completa da cobertura da edificação;
- Serviços de impermeabilização em coberturas;
- Substituição total de calhas e Rufos;
- Serviços de substituição ou reparos na rede de Hidrantes;
- Serviços de substituição ou reparos no sistema de alarme de emergência;
- Substituição de toldo por toldo de vidro;
- Adequação elétrica completa da edificação, com substituição de toda a fiação.
- Adequação da acessibilidade de sanitários;

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS EM FÓRUNS ELEITORAIS

- Adequação de acessibilidade interna e externa, com instalação de piso tátil e sinalização em braile;
- Substituição de piso cerâmico;
- Substituição do revestimento cerâmico em paredes;
- Serviços de Pintura;
- Substituição de janelas, inclusive com execução de verga, contraverga e contramarco;
- Execução de paredes em Drywall;
- Serviços de impermeabilização em paredes;
- Execução de Juntas de Dilatação em piso;
- Tratamentos de fissuras;
- Instalação de Gradil;
- Construção de nova estrutura de concreto (Pilares ou vigas) em muros ou paredes;
- Execução de fundações, em paredes ou muros;
- Novas paredes de alvenaria;
- Troca de forro, com substituição da estrutura;
- Serviços de serralheria com solda e reparos em geral de estruturas metálicas;
- Troca ou reparos nas grades das janelas;
- Substituição parcial de calhas e rufos;
- Reparo em calhas e rufos, considerando o reaproveitamento do material;
- Vedação de calhas e rufos;
- Reparos gerais ou adequações em redes hidráulicas ou de esgoto sanitário;
- Instalações de corrimãos ou guarda-corpo;
- Adequação de cantos vivos em corrimãos ou guarda-corpos;
- Substituição de metais e louças sanitárias com adequação de tubulações;
- Instalação de elementos de granito (Bancada, peitoril, soleiras);
- Reparos e serviços gerais em ar condicionado;

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS EM FÓRUNS ELEITORAIS

- Instalação de novo toldo com chapas de policarbonato;
- Instalação de novas portas de madeira;
- Instalação de novas portas e portões metálicos, inclusive gradil;
- Serviços relacionados ao SPDA;
- Serviços de elétrica com instalações aparentes;
- Serviços de rede lógica estruturada;
- Serviços de demolição ou remoção sem reaproveitamento;
- Escavações em geral;
- Substituição de placas de forro sem troca de estrutura;
- Execução de chapisco e emboço em paredes;
- Instalação de luminárias de emergência;
- Instalação de placas de sinalização de emergência;
- Adequação ou reparo em portas e portões;
- Execução de calçada ou passeio de concreto;
- Limpeza de calhas, caixas de passagem e canaletas;
- Limpeza de caixas d'água;
- Instalação de concertina;
- Troca do selante e vedação em janelas;
- Substituição simples de metais e louças sanitárias;
- Troca de placas de policarbonato em cobertura tipo toldo, sem alteração na estrutura;
- Serviços de elétrica simples e pontuais (Substituição de interruptores, tomadas ou luminárias);
- Serviços de jardinagem;
- Adequação de abrigo GLP;
- Construção de novo abrigo GLP;
- Instalação ou reparos em divisórias navais;

4. PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

- 4.1. O orçamento de referência para a execução da obra foi elaborado com base nos preços apresentados pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (SINAPI/CEF) data base de **outubro de 2023**,

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS EM FÓRUNS ELEITORAIS

dentre outras bases de preços oficiais, conforme preconiza a legislação, e é subdividido em polos, como segue:

- I. **Polo 01: R\$ 7.403.026,62** (sete milhões e quatrocentos e três mil e vinte e seis reais e sessenta e dois centavos)
- II. **Polo 02: R\$ 7.047.449,07** (sete milhões e quarenta e sete mil e quatrocentos e quarenta e nove reais e sete centavos)
- III. **Polo 03: R\$ 7.047.449,07** (sete milhões e quarenta e sete mil e quatrocentos e quarenta e nove reais e sete centavos)
- IV. **Polo 04: R\$ 7.047.449,07** (sete milhões e quarenta e sete mil e quatrocentos e quarenta e nove reais e sete centavos)
- V. **Polo 05: R\$ 7.047.449,07** (sete milhões e quarenta e sete mil e quatrocentos e quarenta e nove reais e sete centavos)

5. PROCEDIMENTOS PARA A SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. Para atender uma demanda de execução dos serviços, os seguintes passos serão seguidos:
- 5.2. A seção gestora encaminhará à Contratada a Planilha Orçamentária para o serviço, juntamente com o Projeto Executivo, o Cronograma e demais documentos que se fizerem necessários;
- 5.3. Após a comunicação, à contratada um prazo para realizar a conferência da planilha orçamentária, do cronograma e do Projeto executivo, inclusive com visitas aos locais de execução dos serviços. O prazo para a conferência será de 5 (cinco) dias úteis.
- 5.4. Não havendo manifestação da contratada no prazo, considerar-se-á aceita a documentação enviada, e o TRE-PR dará prosseguimento com os trâmites para a assinatura do contrato.
- 5.5. Caso haja divergência entre as informações da planilha orçamentária, a empresa, dentro do prazo de conferência, deve enviar ao gestor planilha modificada com memória de cálculo ou as solicitações de alterações dos procedimentos descritos no Projeto Executivo.
- 5.6. Nos casos de divergência, os gestores irão analisar as alterações solicitadas e enviar o aceite ou a recusa das alterações.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS EM FÓRUNS ELEITORAIS

- 5.7. O prazo para início da execução dos serviços será contado a partir da assinatura do contrato.
- 5.8. Após a conclusão dos serviços, ou da conclusão de etapas que, conforme o eventograma, formarem uma medição, a empresa deverá solicitar o recebimento e medição à fiscalização.

6. NORMAS TÉCNICAS E SEGURANÇA DO TRABALHO

- 6.1. As normas da ABNT são uma referência mínima para o fornecimento, execução, instalação, aplicação, ensaio e procedimentos em relação aos materiais e serviços objetos da especificação. Todas as normas da ABNT vigentes e pertinentes deverão ser consideradas, mesmo que não mencionadas ou explicitadas no Memorial Descritivo e nas Especificações Técnicas.
- 6.2. Todas as normas mencionadas e aplicáveis aos serviços previstos devem ser utilizadas e consultadas em suas versões mais recentes, também deverão ser adotadas outras normas e regulamentações posteriores à publicação deste documento.
- 6.3. Qualquer situação que envolva a necessidade de adaptação aos projetos ou procedimentos de execução dos serviços deve ser realizada após a autorização formal da fiscalização e seguindo as normas técnicas vigentes à matéria.
- 6.4. A omissão de qualquer procedimento técnico, ou normas neste ou nos demais documentos técnicos, nos projetos, ou em outros documentos contratuais, não exime a CONTRATADA da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas preconizadas para os trabalhos, respeitando os objetivos básicos de funcionalidade e adequação dos resultados, bem como todas as normas da ABNT vigentes e demais pertinentes.
- 6.5. Todos os materiais empregados nos serviços devem satisfazer rigorosamente às condições estipuladas nas normas técnicas específicas.
- 6.6. Todas as normas de segurança do trabalho vigentes devem ser observadas para a execução de todas as atividades previstas, principalmente as normas

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS EM FÓRUNS ELEITORAIS

que estabelecem os equipamentos de proteção coletiva e individual e os procedimentos para isolamento das áreas de trabalho.

- 6.7. Antes de iniciar qualquer tipo de serviço a empresa deverá verificar se todos os Equipamentos de proteção coletiva (EPC) necessários estão instalados, se todos os colaboradores estão utilizando os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos para as atividades.
- 6.8. Durante todas as atividades os colaboradores deverão estar utilizando-se de, no mínimo, capacete, bota de proteção, luvas e óculos de proteção, além de uniforme adequado.
- 6.9. Conforme a necessidade dos serviços, outros equipamentos de proteção deverão também ser utilizados.
- 6.10. Todo o fornecimento e instalação dos equipamentos de proteção é de responsabilidade da empresa contratada.
- 6.11. É dever da fiscalização também utilizar-se dos equipamentos de proteção individuais necessários para a realização das suas atividades dentro dos locais da obra.
- 6.12. Todo colaborador que atue em serviços que demandar o piso de trabalho cuja altura seja superior a 2,00m, deverá estar utilizando os equipamentos de segurança necessários para os trabalhos em altura, o cinturão tipo paraquedista deverá estar conectado à pontos de ancoragem, à linha de vida provisória, ou à estrutura devidamente fixada ao chão.
- 6.13. Em nenhum momento trabalhadores sem os equipamentos de segurança em altura devem acessar locais com risco de queda.
- 6.14. Todos os andaimes ou plataformas utilizados nos serviços, internos e externos, devem ser vistoriados por profissional qualificado antes do início do seu uso.
- 6.15. Os pisos em que andaimes serão instalados devem estar preparados para suportar a carga e proporcionar estabilidade para o equipamento. Quando necessário, os andaimes devem ser amarrados em pontos de ancoragem para garantir a estabilidade.
- 6.16. Não serão aceitas peças ou bases de andaimes improvisadas.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS EM FÓRUNS ELEITORAIS

- 6.17. Não serão aceitas tábuas de madeira como piso do andaime, apenas pranchas metálicas, com fixação feita através de grampos metálicos, que garantam a estabilidade e a segurança durante o uso.
- 6.18. Eventualmente, quando for necessário para a execução de determinadas etapas, maquinários, plataformas elevatórias ou outros dispositivos de segurança em altura devem ser providenciados pela contratada, sendo sua responsabilidade a locação e uso dos mesmos.
- 6.19. O transporte de materiais para cima nos andaimes deverá ser realizado de maneira segura, sendo vedado o uso de mecanismos improvisados ou malabarismos para a subida.

7. PROJETO EXECUTIVO

- 7.1. Para cada contratação de serviços a ser realizada através deste registro de preços será elaborado um Projeto Executivo específico, que tem por finalidade estabelecer as condições técnicas mínimas e especificações, fixando os parâmetros a serem atendidos e fiscalizados para materiais, serviços e equipamentos;
- 7.2. O projeto executivo trará como anexo todos os projetos complementares para a execução dos serviços, tais como projeto arquitetônico, elétrico, de mudança de layout, hidrossanitário, de acessibilidade, entre outros.
- 7.3. O projeto executivo fornecerá ao executor da obra a caracterização e os procedimentos para os serviços, com o devido detalhamento. Quando não houver descrição do tipo de serviço a ser executado, o material ou equipamento a ser utilizado, deverá ser seguida a orientação da Fiscalização e dos respectivos projetistas.
- 7.4. As especificações contidas no projeto executivo e nas normas citadas deverão ser rigorosamente obedecidas durante o decorrer dos serviços, valendo como se efetivamente fossem transcritas no contrato para execução de obras e serviços
- 7.5. Parte dos textos do Projeto executivo terá como base a descrição dos procedimentos estabelecidos nos cadernos técnicos do SINAPI para as composições utilizadas. Conforme necessário, alterações destes descritivos

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS EM FÓRUNS ELEITORAIS

podem ser realizadas pela fiscalização, mantendo o respeito pelas composições utilizadas e previstas no Registro de Preços.

- 7.6. Os serviços serão realizados em rigorosa observância aos desenhos dos projetos, respectivos detalhes, memoriais e especificações, bem como, nas normas das concessionárias de serviços públicos e ABNT referentes aos serviços.
- 7.7. Nenhuma alteração nas plantas, detalhes ou especificações, determinando ou não alteração de custo da obra ou serviço, será executada sem autorização do Responsável Técnico pelos projetos ou da Fiscalização.
- 7.8. Em caso de itens presentes no Projeto Executivo e não incluídos nos projetos, ou vice-versa, ou no caso de divergências entre os desenhos de execução dos projetos e o memorial descritivo, o Responsável Técnico pelos projetos deverá ser consultado, a fim de definir qual a posição a ser adotada.
- 7.9. Qualquer situação que impeça a execução dos serviços como descrito no Projeto executivo deve ser imediatamente relatada à fiscalização, para que tome as medidas cabíveis.

8. MATERIAIS

- 8.1. Todos os materiais serão fornecidos pela empresa CONTRATADA, salvo exceções esclarecidas em contrato pelo CONTRATANTE.
- 8.2. Todos os materiais a empregar nos serviços serão novos, comprovadamente de primeira qualidade e atenderão rigorosamente às condições estipuladas neste documento.
- 8.3. A CONTRATADA só poderá usar os materiais submetidos ao exame e aprovação da FISCALIZAÇÃO do serviço e do Contrato, a quem caberá impugnar o seu emprego, quando em desacordo com as especificações.
- 8.4. Obriga-se a CONTRATADA a retirar do recinto de serviços os materiais porventura impugnados pela FISCALIZAÇÃO dentro de 48 horas, a contar da Ordem de Serviço atinente ao assunto, sendo expressamente proibido manter no recinto quaisquer materiais que não satisfaçam a estas especificações e aos projetos.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS EM FÓRUNS ELEITORAIS

- 8.5. A carga e o transporte de material são de responsabilidade da CONTRATADA e deverão ser feitos de forma que não danifique as instalações existentes, obedecendo-se às normas de segurança do trabalho e em horário a ser determinado pela FISCALIZAÇÃO.

9. MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS SERVIÇOS

- 9.1. Junto de cada projeto executivo, exceto quando a falta não implicar qualquer tipo de efeito para a execução dos serviços, será encaminhado memória de cálculo dos quantitativos utilizados para cada composição dos serviços.
- 9.2. A memória de cálculo dos serviços deverá ser utilizada pela empresa para, quando feita a visita prévia dos serviços, realizar suas próprias medições in loco e confirmações dos serviços.
- 9.3. Caso a empresa contratada venha a discordar de medidas apresentadas na memória de cálculo, deverá apresentar, após as visitas no local, através dos meios de comunicação oficiais, relatório com solicitação de alteração de planilha orçamentária, o qual deverá conter de maneira expressa e discriminada quais pontos da Memória de Cálculo divergem das medições realizadas in loco, inclusive com relatórios fotográficos quando necessários.
- 9.4. Não serão aceitas as solicitações de alterações de planilha com informações insuficientes, que não comprovem as solicitações, transmitidas verbalmente, ou intempestivas.

10. SISTEMÁTICA DE PAGAMENTOS

- 10.1. Os pagamentos serão efetuados apenas após a realização de medição in loco pela fiscalização e equipe de apoio técnico.
- 10.2. A depender da complexidade e da quantidade de etapas previstas em cada contratação, poderá ser estabelecido uma medição única ou mais de uma medição por contrato.
- 10.3. Quando forem previstas mais de uma medição por contrato, estas serão realizadas pela sistemática unitária, ou seja, os itens serão pagos quando

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS EM FÓRUNS ELEITORAIS

concluídos, independentemente da conclusão de toda a etapa da qual fazem parte.

- 10.4. Contudo, não será efetuado o pagamento unitário parcial de um serviço ainda em processo de execução. Por exemplo, se dentro de uma etapa de serviço de pintura existam duas paredes a ser pintada, é possível efetuar a medição e pagamento quando uma dessas paredes esteja pintada em sua completude, porém não será possível efetuar a medição e pagamento da pintura parcial de uma parede.
- 10.5. A periodicidade das medições será definida em reunião inicial para cada serviço, pelos fiscais e gestores do contrato, e será apresentada no eventograma da contratação.
- 10.6. As exceções para o pagamento por etapa serão as etapas com pagamento diluído, previstas no eventograma, cujo pagamento será efetuado junto ao pagamento das demais etapas, de maneira proporcional às etapas concluídas.
- 10.7. Uma etapa da planilha orçamentária será considerada efetivamente concluída apenas quando todos os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 10.8. Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços aqui descritos, os custos respectivos deverão estar incluídos nos preços unitários e/ou no global constantes da proposta.
- 10.9. A empresa deve comunicar formalmente à fiscalização o término de todas as etapas, no dia em que forem concluídas.
- 10.10. Após a notificação de conclusão de etapas, para a medição dos serviços o Fiscal do Contrato irá verificar a obra e irá verificar se, na execução dos serviços, foram atendidas pela Contratada todas as condições contratuais.
- 10.11. Em caso de conformidade, o Fiscal do Contrato informará à Contratada a aceitação da fase e autorizará a emissão dos documentos de cobrança.
- 10.12. No caso de alguns dos serviços não estarem em conformidade com o contrato, o Fiscal do Contrato impugnará os respectivos serviços, discriminando por meio de relatório as falhas ou irregularidades encontradas, ficando a Contratada, com o recebimento do relatório, cientificada das

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS EM FÓRUNS ELEITORAIS

irregularidades apontadas e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis.

- 10.13. À Contratada caberá sanar as falhas apontadas, submetendo posteriormente os serviços impugnados a nova verificação do Fiscal do Contrato.

11. EVENTOGRAMA

- 11.1. Para os serviços de maior complexidade, ou que se estendam por períodos maiores, que impliquem em mais de uma medição, será elaborado e enviado junto aos demais documentos um Eventograma.
- 11.2. Eventograma é o documento com o objetivo de dividir a obra em eventos a serem remunerados conforme avanço de sua execução, indicando os marcos de medições.
- 11.3. Os valores definidos para cada evento são aqueles resultantes do somatório dos grupos de serviços por unidade de construção, conforme estrutura do orçamento, além dos custos de etapas diluídas.
- 11.4. Algumas etapas, como, por exemplo, Administração Local e Aluguel de Container, terão seu custo diluído conforme o percentual da etapa a ser paga dentro do orçamento completo, permitindo assim o pagamento das etapas diluídas durante a execução dos serviços, e não apenas ao final do contrato.
- 11.5. Situações identificadas no decorrer da execução das obras podem ocasionar necessidade de revisões do Eventograma, seja por iniciativa da gestão e fiscalização, seja por solicitação da Contratada, visando remanejamento das etapas de execução e pagamento previstas inicialmente.
- 11.6. Com a entrega do orçamento pela empresa contratada, o eventograma poderá ser alterado, para adequar o agrupamento de etapas previsto, caso a fiscalização entenda necessário.
- 11.7. Após o envio e aprovação do cronograma, a fiscalização irá elaborar eventograma de pagamentos, estimando as datas e valores de cada medição. A periodicidade das medições será definida em reunião inicial pelos fiscais e gestores do contrato.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS EM FÓRUNS ELEITORAIS

12. PRAZOS DE ENTREGA DOS SERVIÇOS

- 12.1. O prazo de entrega de cada serviço solicitado, irá variar conforme a quantidade de etapas de serviços a serem executados, tendo como referências as tabelas apresentadas a seguir:

PRAZOS PARA A ENTREGA DOS SERVIÇOS	
QUANTIDADE DE ETAPAS	PRAZO
Mais de 16	120 dias
6 a 15	60 dias
1 a 6	30 dias

- 12.2. Os prazos da tabela deste tópico são estabelecidos em dias corridos.
- 12.3. Cada etapa será discriminada no Projeto Executivo, exemplos de etapas que serão solicitadas estão apresentadas no tópico 3 deste documento.
- 12.4. Eventualmente, tendo como base requisitos técnicos dos serviços que serão executados, ou motivado pela demanda de serviços da Administração ou do uso dos espaços em que os serviços serão realizados, outros prazos, maiores, poderão ser estabelecidos pela fiscalização.
- 12.5. Caso, pelas especificações técnicas dos serviços a serem executados, não seja possível a execução simultânea das etapas, a fiscalização poderá também estabelecer prazos superiores.
- 12.6. O dimensionamento da equipe de trabalho ficará a cargo da empresa contratada, devendo atender ao cronograma enviado pela fiscalização para todas as etapas e ao prazo total de execução dos serviços.
- 12.7. A jornada de trabalho em que serão realizadas as atividades será definida conforme apresentado no Termo de Referência para cada lote.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS EM FÓRUNS ELEITORAIS

13. PRAZO DE INÍCIO DOS SERVIÇOS

- 13.1. O prazo de início de cada serviço, contado a partir da assinatura do contrato, será de 5 dias úteis.

14. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 14.1. Para todas as contratações, sem exceção, a fiscalização irá encaminhar, junto da planilha orçamentária e Projeto executivo, o cronograma físico-financeiro dos serviços, elaborados em conformidade com o disposto neste documento.
- 14.2. Tem-se no cronograma físico-financeiro uma representação gráfica do desenvolvimento dos serviços a serem executados ao longo do tempo de execução da obra, demonstrando, em cada período, o percentual físico a ser executado e o respectivo valor financeiro despendido.
- 14.3. O cronograma apresentado será elaborado em dias e indicará as etapas pertencentes ao caminho crítico da obra.
- 14.4. Não serão aceitas propostas de alteração do cronograma físico-financeiro que importem em dilação do prazo total de execução estabelecido.
- 14.5. O dia de início dos serviços será definido em reunião inicial com a empresa e a fiscalização, e, após esta o cronograma será atualizado para constar essa informação em destaque.
- 14.6. A empresa poderá solicitar alteração das durações de cada etapa, tendo em vista ser responsável pela quantificação de cada frente de trabalho, assim como de eventuais terceirizações dos serviços e pelo controle de produtividade das equipes.
- 14.7. Também poderá solicitar a alteração da sequência executiva dos serviços previstas no cronograma.
- 14.8. Qualquer alteração solicitada à fiscalização, será analisada e respondida em tempo hábil.
- 14.9. Ao analisar o cronograma de execução dos serviços, a contratada deverá considerar que as unidades estarão em plena atividade, com trânsito intenso de pessoas.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS EM FÓRUNS ELEITORAIS

- 14.10. Quando for recomendado o isolamento completo da edificação ou ambiente, a contratada deverá informar tal fato à fiscalização, para que essa verifique a possibilidade de liberação completa da edificação, caso negativo os serviços deverão ser programados para execução por ambientes.
- 14.11. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade e aceitos pelo Fiscal do Contrato. Não serão considerados como serviços executados a simples entrega e/ou estocagem
- 14.12. Eventualmente, conforme necessidade da Administração, ou por conta das especificidades dos serviços a serem executados, a fiscalização poderá solicitar que uma ou mais etapas sejam executadas de maneira simultânea, indicando essa necessidade no Projeto Executivo.
- 14.13. Quando a simultaneidade de etapas for solicitada pela fiscalização ou seja necessária para os serviços, o cronograma deverá indicar essa disposição de etapas.
- 14.14. A prorrogação dos prazos de execução dos serviços, quando necessária, desde que devidamente justificada pela empresa e aprovada pela fiscalização, será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.
- 14.15. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, devendo o cronograma físico-financeiro ser atualizado pela fiscalização.
- 14.16. Dias não trabalhados deverão ser comunicados à fiscalização imediatamente, a fim de possibilitar a ampliação geral do prazo, essa comunicação deverá ser efetuada de maneira tempestiva, não existindo a possibilidade de apresentar tal listagem de dias após a conclusão dos serviços, preferencialmente durante o dia em que ocorreu o motivo do impedimento, através dos meios oficiais de comunicação com a fiscalização e relatando o motivo do impedimento dos serviços e a etapa em que os serviços se encontram.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS EM FÓRUNS ELEITORAIS

- 14.17. A Contratada deverá executar o objeto do contrato da forma e nos prazos discriminados no Cronograma Físico-financeiro.
- 14.18. O início de cada etapa deverá ser comunicado formalmente à fiscalização com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, para que sejam realizadas as desmobilizações e o transporte de móveis e equipamentos do local onde a próxima etapa será realizada, quando for necessário.
- 14.19. A empresa deve comunicar formalmente à fiscalização o término de todas as etapas, no dia em que forem concluídas.
- 14.20. Após a notificação de conclusão de etapas, para a medição dos serviços o Fiscal do Contrato irá verificar a obra e irá verificar se, na execução dos serviços, foram atendidas pela Contratada todas as condições contratuais.
- 14.21. No caso de alguns dos serviços não estarem em conformidade com o contrato, o Fiscal do Contrato impugnará os respectivos serviços, discriminando por meio de relatório as falhas ou irregularidades encontradas, ficando a Contratada, com o recebimento do relatório, cientificada das irregularidades apontadas e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis.
- 14.22. À Contratada caberá sanar as falhas apontadas, submetendo posteriormente os serviços impugnados a nova verificação do Fiscal do Contrato.
- 14.23. As correções necessárias após a conclusão de determinadas etapas devem ser feitas de imediato, e não poderão interferir no cronograma das próximas etapas.
- 14.24. Caso entenda necessário, a fiscalização irá exigir a atualização do cronograma, contemplando as correções das falhas apontadas.

15. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

- 15.1. Dentro de toda planilha orçamentária será incluído etapa específica intitulada Administração Local, que contempla todos os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra mas que não estejam incluídos nos valores unitários das composições utilizadas.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS EM FÓRUNS ELEITORAIS

- 15.2. As planilhas orçamentárias dos serviços a serem contratados irão prever, conforme recomendação do TCU (Acórdão n. 2.622/2013-TCU-Plenário), os percentuais de 6,23% ou 3,49% do valor dos serviços como o valor referente à administração local, contemplados em etapa específica da planilha orçamentária.
- 15.3. O percentual de 3,49% será estimado para contratações com valores acima de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para contratações de menor valor será estipulado o percentual de 6,23%.
- 15.4. A etapa de Administração local terá o pagamento diluído nas demais etapas, conforme o percentual da etapa a ser paga dentro do orçamento completo, permitindo assim o pagamento durante a execução dos serviços, e não apenas ao final do contrato.

16. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 16.1. Conforme mencionado no artigo 62 da Lei nº 14.133 de 2021, a habilitação é a fase de licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira.
- 16.2. Este tópico destina-se a orientação acerca dos requisitos de habilitação técnica dos proponentes.
- 16.3. A habilitação técnica requer que o licitante demonstre as capacidades ou proficiências profissional e operacional para a perfeita execução do objeto, o que ocorre através da apresentação de atestados de execução de serviços semelhantes aos mais significativos e relevantes do objeto, conforme Súmula TCU nº 263/2011.
- 16.4. Tendo em vista que o Registro de Preços trata apenas dos serviços de reforma geral em edificações, considerando a quantidade de unidades atendidas em cada lote e que contratações simultâneas poderão ser solicitadas dentro do mesmo lote, o proponente deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, atestado de capacidade técnica válido perante a legislação atual de execução simultânea de duas ou mais obras de reforma

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS EM FÓRUNS ELEITORAIS

geral de edificações com, no mínimo, 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) de área construída em cada uma das edificações, comprovando pelo menos dois dos seguintes serviços em ambos os atestados:

- I. Reforma geral de cobertura;
- II. Reforma geral para implantação de acessibilidade;
- III. Substituição ou instalação de janelas;

- 16.5. A execução simultânea deve ser comprovada com apresentação das datas em Relatório Diário de Obras ou documento similar que demonstre a duração das obras completas das obras ou serviços de reforma.
- 16.6. Caracteriza-se como simultaneidade a execução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do prazo total de execução das obras ao mesmo tempo.
- 16.7. Caso a licitante seja vencedora para executar serviços em mais de um lote, será exigido, adicionalmente, para cada lote, a comprovação de prestação simultânea dos serviços acima elencados em outras duas edificações. Por exemplo, caso a licitante seja vencedora de dois lotes, deve comprovar a simultaneidade e apresentar atestados para 4 edificações, caso seja vencedora de três lotes, 6 edificações, e assim por diante.

17. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

- 17.1. Incluídas em anexo a este documento, as Anotações de Responsabilidade Técnica, que indicam os responsáveis técnicos pela elaboração deste Projeto Básico e seus anexos, como segue assinado

Bruno Gustavo de Oliveira
Engenheiro Civil
CREA-PR 153.086
Apoio Seção de Obras e Projetos

Henry Vaz Dreon

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS EM FÓRUNS ELEITORAIS

Engenheiro Civil
CREA-PR 119.503
Apoio Seção de Obras e Projetos